



20º Seminário de
Iniciação Científica e
4º Seminário de Pós-graduação
da Embrapa Amazônia Oriental

ANNAIS 2016

21 a 23 de setembro

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*



20º Seminário de
Iniciação Científica e
4º Seminário de Pós-graduação
da Embrapa Amazônia Oriental

ANNAIS 2016

21 a 23 de setembro

Embrapa Amazônia Oriental
Belém, PA
2016



ACESSO A CRÉDITO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR AGRICULTORES FAMILIARES NO NORDESTE PARAENSE: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Jamilly Brito Guimarães ¹, Roberto Porro ²

¹ Estagiária Embrapa Amazônia Oriental, Antropologia Rural, jamilly.guimaraes19@gmail.com

² Pesquisador Embrapa Amazônia Oriental, Antropologia Rural, roberto.porro@embrapa.br

Resumo: O presente trabalho analisou a situação de acesso a serviços de apoio à agricultura familiar em 15 municípios do Nordeste Paraense. Entre janeiro e março de 2015 aplicaram-se questionários socioeconômicos com perguntas sobre acesso ao crédito rural (ocorrência, frequência, inadimplência) e assistência técnica (ocorrência, prestador que desenvolve o serviço e percepção de satisfação pelos entrevistados do serviço). As entrevistas foram realizadas em 345 estabelecimentos em áreas de assentamento, territórios quilombolas e pequenas propriedades consolidadas. Detectou-se baixo índice de acesso ao crédito, número reduzido de empréstimos e taxa de inadimplência relevante entre os que acessam o serviço, o que limita acesso a outros contratos. Os dados indicam insuficiente presença de técnicos para a assistência e extensão rural ao agricultor familiar, assim como, a predominância de prestadoras contratadas pelo estado e da Emater, respectivamente em assentamentos e pequenas propriedades. Conclui-se que o serviço de assistência técnica é primordial para o sucesso da aplicação do crédito rural e a sustentabilidade nos estabelecimentos da agricultura familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar, assistência técnica, crédito rural, Nordeste Paraense

Introdução

É conhecido que agricultores familiares possuem insuficiente acesso a serviços de extensão rural e assistência técnica, assim como dificuldades para acesso a crédito rural. Tais limitações estão relacionadas à pouca efetividade de políticas públicas e a entraves burocráticos para acessibilidade ao crédito. Programas efetivos de extensão rural e acesso a crédito proporcionam crescimento econômico regional e viabilizam a adoção de sistemas que promovam o desenvolvimento socioambiental em comunidades rurais. Como mencionado por Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável depende de três pilares básicos: relevância social, prudência ecológica e viabilidade



econômica. O objetivo deste trabalho é identificar e analisar a situação de provisão destes serviços de apoio à agricultura familiar na mesorregião do Nordeste Paraense e como os serviços são avaliados pelos produtores.

Material e Métodos

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto “Trajetórias Sustentáveis de Sistemas Agrícolas Itinerantes para melhoria em Meios de Vida e Provisão de Serviços Ambientais” da Embrapa Amazônia Oriental, tendo sido implementado em 15 dos 60 municípios de quatro Regiões de Integração (RI) do Nordeste Paraense: RI Guamá (Castanhal, Igarapé-Açu, Santa Izabel do Pará, São Domingos do Capim); RI Tocantins (Abaetetuba, Acará, Cametá, Moju); RI Rio Capim (Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Irituia) e RI Rio Caetés (Cachoeira do Piriá, Viseu e Augusto Corrêa). Critérios para seleção destes municípios incluíram estatísticas que atestavam a relevância da agricultura familiar: número de estabelecimentos da agricultura familiar; porcentagem da área dos estabelecimentos da agricultura familiar sobre o total, presença de assentamentos de reforma agrária (ARA), territórios quilombolas (TQ) e área colhida de mandioca. Em cada município foram selecionadas uma média de seis comunidades rurais, de forma a incluir três tipos de ordenamento fundiário predominante: ARA, TQ, e pequenas propriedades (PP). A amostra selecionada foi portanto composta por 20 a 25 estabelecimentos de cada município, totalizando 345 produtores entrevistados. Nestes foram aplicados questionários semiestruturados, com perguntas abertas e fechadas. Este trabalho analisa a sessão referente aos serviços de apoio à agricultura familiar, (1) utilização de crédito rural, número de empréstimos e inadimplência; e (2) prestação de assistência técnica, tipo de órgão que presta o serviço e avaliação dos serviços de assistência técnica. A pesquisa de campo ocorreu entre janeiro e abril de 2015, por uma equipe de quatro pessoas. Os dados foram tabulados em plataforma SQL especialmente desenvolvida para o projeto, e posteriormente exportados para análise preliminar realizada em Microsoft Excel 2013.

Resultados e Discussão

A Tabela 1 indica que nos 345 estabelecimentos onde foram realizadas entrevistas, constatou-se que 246 (71,3%) atualmente não acessam crédito rural, demonstrando a dificuldade encontrada



por essas unidades familiares em dispor deste incentivo, seja por burocracia dos agentes financiadores como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar) ou por não possuírem informações contundentes das vantagens do subsídio financeiro. O setor bancário público foi considerado um dos principais responsáveis pela dificuldade de liberação de recursos, pois a rotina destas organizações está pouco adaptada a operações sem garantias patrimoniais e contrapartidas comprovadas por parte das famílias rurais de baixa renda (GUAZIROLI, 2006). Os resultados apresentam variação entre as categorias fundiárias, sendo observada menor utilização de crédito entre os residentes em territórios quilombolas, principalmente quando comparados com os assentamentos. Quando observamos o número de empréstimos realizados nos últimos 20 anos, observa-se que mais de um terço dos entrevistados não contraiu empréstimos, e pouco menos da metade contraíram um único empréstimo no período. Em contrapartida, o índice de produtores inadimplentes representa um total de mais de 20% dos estabelecimentos entrevistados, sendo o maior índice encontrado na categoria dos quilombolas, muito superior ao observado para os demais grupos. Estes resultados demonstram o risco a que o agricultor familiar está suscetível, dado as condições de pagamento dos empréstimos.

Tabela 1 – Situação de estabelecimentos do Nordeste Paraense em relação ao crédito rural.

Situação em relação ao crédito	Categoria fundiária					
	Assentado (n = 80)	Quilombola (n = 66)	Proprietário (n = 162)	Outros (n = 37)	Total (n = 345)	
I. utiliza crédito em 2015	33,8%	19,7%	24,7%	29,7%	26,4%	
II. empréstimos pós-1995	#					
	0	33,8%	34,8%	35,2%	45,9%	35,9%
	1	45,0%	47,0%	51,9%	32,4%	47,2%
	2	10,0%	9,1%	8,0%	13,5%	9,3%
	3+	8,8%	4,5%	3,7%	5,4%	5,2%
III. estabelecimentos com empréstimos inadimplentes	21,3%	31,8%	17,9%	10,8%	20,6%	

Fonte: Projeto SISLES 2015

No que se refere à assistência técnica, em muitos casos, a ausência deste serviço interfere diretamente no sucesso de sistemas agrícolas e na forma de aplicação dos empréstimos no



estabelecimento rural. A Tabela 2 indica que menos de 30% dos 345 entrevistados atualmente recebem assistência técnica, embora proporções significativamente mais elevadas são observadas nos assentamentos. Segundo Caporal e Ramos (2008), o profissional da Ater, ao contrário do tradicional difusor de tecnologias, deve ser um mediador e um facilitador de processos de desenvolvimento. Dentre os que têm acesso ao serviço, a pesquisa identificou que os tipos de prestadores mais presentes nas localidades analisadas são a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), prestadoras contratadas pelo Estado, e empresas privadas. Nota-se a presença reduzida da Emater em áreas de assentamento, onde predominam prestadoras contratadas. A avaliação de satisfação destes entrevistados com os serviços de ATER foi feita com base em escala de 1 a 5, tendo sido obtida média geral de 3,55 com percepções mais satisfatórias entre assentados (3,85) e menos satisfatórias entre quilombolas (2,93).

Tabela 2 – Situação de estabelecimentos do Nordeste Paraense em relação à assistência técnica

Situação em relação à ATER	Categoria fundiária				
	Assentado (n = 80)	Quilombola (n = 66)	Proprietário (n = 162)	Outros (n = 37)	Total (n = 345)
I. recebe ATER (2015)	48,8%	21,2%	22,8%	29,7%	29,3%
II. tipo de ATER (n = 100)					
Emater	2,3%	40,0%	50,0%	80,0%	33,5%
Prestadora contratada pelo Estado	55,9%	--	4,3%	--	27,6%
Empresa particular	20,9%	20,0%	8,7%	10,0%	18,4%
Outra (universidade, instituto, etc)	20,9%	40,0%	37,0%	10,0%	20,5%
III. satisfação (n = 101) (1-5)	3,85	2,93	3,54	3,36	3,55

Fonte: Projeto SISLES 2015

Conclusão

A partir desta análise preliminar, os resultados obtidos com as variáveis estudadas indicam a insuficiente presença de extensionistas para atender o grande número de produtores familiares, assim como a importância desses serviços de apoio para o desenvolvimento das unidades de agricultura familiar no Nordeste Paraense. A assistência técnica desponta como instrumento fundamental para a difusão e desenvolvimento de novas tecnologias, potencialização do intercâmbio



de conhecimentos, e de acesso a informações sobre crédito junto ao produtor rural, conectando o ambiente rural e as instituições que não interagem de forma direta com a realidade do campo.

Referências Bibliográficas

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, DF, 2008.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2006.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96p.